

Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais de AFDO RL

I. Responsável pelo tratamento dos dados pessoais

AFDO (António Fernandes de Oliveira) RL, com escritório sito na Rua Latino Coelho, n.º 87, 1050-134 Lisboa, contacto de e-mail a.fernandesdeoliveira@afdo-adv.com (doravante AFDO-adv).

II. Finalidades do tratamento dos dados pessoais

Pela negativa, AFDO não comercializa os dados, pessoais ou outros, de quaisquer entidades ou pessoas com quem interaja no desenvolvimento da sua actividade de prestação de serviços de advocacia.

Nem por qualquer forma os transmite ou disponibiliza a terceiros, salvo para cumprimento de imposição legal, cumprimento de determinação de autoridade legal, boa e diligente execução dos serviços contratados ou exercício, dentro dos limites da lei, de direitos contratuais e legais.

Pela positiva, o leque de possibilidade de tratamento possível de dados pessoais por AFDO-adv terá as seguintes finalidades e fundamentos:

a) A prestação de serviços jurídicos, incluindo a abertura de cliente e assunto, a prestação do serviço em si, o acordo de honorários, a contabilização, facturação e cobrança dos honorários, o cumprimento de obrigações contabilísticas e fiscais e as comunicações com o cliente e terceiros implicadas no serviço, caso em que a legitimidade e fundamento legal para o tratamento dos dados, dentro das necessidades, conveniências, exigências e vicissitudes da prestação do serviço, decorre em primeiro lugar da própria solicitação do serviço pelo titular dos dados: tratamento de dados com fundamento em cumprimento de contrato de mandato, incluindo diligências pré-contratuais, cumprimento de obrigação jurídica, eventual defesa de interesses vitais do titular dos dados, e exercício de legítimos direitos contratuais.

b) A prestação de informações para cumprimento de imposição legal, cumprimento de determinação de autoridade legal, boa e diligente execução dos serviços contratados ou exercício, dentro dos limites da lei, de direitos contratuais e legais, caso em que o fundamento legal é cumprimento de obrigação jurídica, cumprimento de contrato de mandato, e eventual defesa de interesses vitais do titular dos dados.

c) O envio de informação jurídica não especificamente solicitada nem decorrente das conveniências da execução de prestação de serviços, neste caso sujeito a consentimento do titular dos dados pessoais para a sua utilização para

este efeito, caso em que o fundamento legal é o consentimento do titular dos dados pessoais.

d) Outras situações, sujeitas a consentimento do titular dos dados pessoais.

III. Prazo de conservação dos dados pessoais

O advogado é tradicionalmente fiel depositário dos arquivos contendo informação sobre os assuntos e demandas dos seus clientes, que entre o mais poderão conter dados pessoais.

AFDO-adv envidará os esforços possíveis para manter essa tradição de serviço de arquivo não especificamente remunerado, no interesse dos seus clientes, sem prejuízo de se reservar o direito, caso a caso, de transferir os arquivos para a guarda dos clientes a que digam respeito.

No contexto destes arquivos, os dados pessoais que aí se contenham serão conservados por AFDO-adv até à data da eventual transferência dos arquivos para os clientes a que pertençam. Ou até à sua destruição, sujeita à verificação de uma das seguintes condições alternativas:

i) recusa dos clientes, ou seus sucessores se for o caso, em receberem os arquivos;

ou

ii) juízo de valor por parte de AFDO-adv no sentido de que é diminuta, e por conseguinte negligenciável, a probabilidade de voltar a ser necessário utilizar esses arquivos e a informação que aí se contém.

Em caso de transferência e destruição de arquivos, AFDO-adv reserva-se o direito de reter os arquivos e a informação necessária para dar cumprimento a obrigações de conservação que lhe sejam impostas por lei, ou para exercer ou sustentar os seus direitos ou comprovar o cumprimento das suas obrigações no âmbito das prestações de serviços que efectua.

Em particular, AFDO-adv reserva-se o direito de conservar os dados pessoais relacionados com as seguintes situações, pelos seguintes períodos:

a) Prestação de serviços de advocacia – 20 anos a contar do seu término.

b) Contabilização e fiscalidade de serviços prestados, de compras de bens e serviços efectuadas, e em geral toda a contabilização e registo fiscal no âmbito da sua actividade – 10 anos ou prazo legal eventualmente superior; no caso do custo de aquisição de bens que se mantenham no activo, até à sua saída do activo acrescido de 5 anos, ou de prazo de caducidade do direito a liquidar impostos superior, se aplicável.

c) Cumprimento de obrigações legais em matéria de *compliance* – pelo prazo de prescrição aplicável ao direito de punir eventual incumprimento dessas obrigações, acrescido de 3 anos.

d) Colaboradores (funcionários, advogados e advogados-estagiários) – pelo prazo de caducidade ou prescrição aplicável aos direitos emergentes da relação jurídica em causa, acrescido de 3 anos.

e) Recrutamento e selecção: 2 anos contados do final do ano da candidatura, salvo consentimento do candidato para a conservação dos seus dados pessoais, caso em que os dados serão mantidos até que esse consentimento seja retirado.

f) Casos em que os titulares dos dados prestaram consentimento para o seu tratamento – até que esse consentimento seja retirado.

IV. Direitos dos titulares dos dados pessoais

a) **Direito de acesso** aos seus dados pessoais, a informações sobre o tratamento dos mesmos e a solicitar cópia dos mesmos.

b) **Direito de rectificação** dos seus dados pessoais inexactos, e ao suprimento de incompletudes nos mesmos aferidas à luz da finalidade do seu tratamento.

c) **Direito de obter o apagamento** dos seus dados pessoais quando, designadamente:

i) os mesmos deixarem de ser necessários para a finalidade que determinou a sua recolha ou tratamento;

ii) quando o titular retirar o consentimento em que se tenha baseado o tratamento dos dados e outro fundamento legal para o tratamento dos mesmos não subsista;

iii) quando o titular se opuser nos termos legalmente previstos ao seu tratamento, e não existam interesses legítimos que devam prevalecer.

O direito de obter o apagamento cede, designadamente, na medida em que o tratamento dos dados se revele necessário para cumprir uma obrigação legal ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

d) **Direito de obter limitação do tratamento** dos seus dados pessoais, quando se verificar, designadamente, uma das seguintes circunstâncias:

i) O titular dos dados pessoais contestar a exatidão dos mesmos, caso em que a limitação de tratamento se aplicará durante um período que permita a AFDO-adv verificar a sua exatidão;

ii) O tratamento dos dados pessoais for ilícito, e o seu titular se opuser ao apagamento dos mesmos mas solicitar, em contrapartida, a limitação da sua utilização;

iii) AFDO-adv já não precisar dos dados pessoais para fins de tratamento, mas esses dados serem requeridos pelo seu titular para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial;

iv) Se o titular dos dados pessoais se tiver oposto ao seu tratamento, caso em que a limitação de tratamento se aplicará até se verificar que os motivos legítimos do responsável pelo tratamento prevalecem sobre os do titular dos dados.

A limitação de tratamento consiste na paralisação do tratamento dos dados pessoais, com a excepção da sua conservação, e salvo, designadamente, tratamentos consentidos pelo seu titular, tratamento para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial, ou tratamento para efeitos de defesa dos direitos de outra pessoa singular ou colectiva.

e) Direito de portabilidade dos seus dados pessoais num formato estruturado de uso corrente e de leitura automática, **caso** o tratamento se baseie no consentimento dado pelo titular dos dados nas situações especificadas na lei, **e** o tratamento tiver sido realizado por meios automatizados.

O exercício do direito portabilidade aplica-se sem prejuízo do disposto em sede de direito a obter o apagamento, e não prejudica os direitos e liberdades de terceiros.

f) Direito de oposição ao tratamento dos seus dados pessoais, incluindo a definição de perfis, designadamente nas seguintes circunstâncias:

i) por motivos relacionados com a situação particular do titular dos dados, quando o tratamento dos mesmos tenha por fundamento interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento ou por terceiros;

ii) por motivos relacionados com a situação particular do titular dos dados, quando esteja em causa tratamento para fins que não sejam aqueles para os quais os dados pessoais foram recolhidos, realizado sem ter por base o consentimento do seu titular;

Nas situações (i) e (ii) o direito de oposição ao tratamento cede perante razões imperiosas e legítimas para esse tratamento que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do titular dos dados, ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

iii) quando esteja em causa tratamento de dados pessoais para efeitos de comercialização directa, caso em que exercida a oposição pelo seu titular, deixarão de ser tratados para esse fim.

g) Direito de retirar o consentimento ao tratamento dos seus dados pessoais, quando o tratamento tenha por fundamento legal esse consentimento, sem prejuízo de eventual aplicabilidade de outro fundamento legal para a continuação do tratamento, designadamente a necessidade de cumprimento de obrigação legal.

h) Direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo competente relativamente a matérias relacionadas com o tratamento dos seus dados pessoais, designadamente junto da Comissão Nacional de Protecção de Dados.

V. Atualizações da Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais

A Política de Privacidade e Tratamento de Dados Pessoais pode ser objecto de actualizações, e a versão actualizada da mesma encontra-se publicada no *website* de AFDO-adv, pelo que se recomenda a sua consulta neste sítio.

VI. Questões

Poderão ser endereçadas ao e-mail contacto@afdo-adv.com, ou para a morada Rua Latino Coelho, n.º 87, 1050-134 Lisboa.